

02

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA JSL LOCAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

**JSL LOCAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 311, sala 01, Vila Cintra, CEP 08745-140, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 14.117.559/0001-00, neste ato, representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato, representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

**JSL S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, conjunto 221, Edifício International Plaza II, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.548.435/0001-79, neste ato, representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("JSL S.A.");

**MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Otavio Tarquínio de Souza, nº 23, Sala A, Campo Belo, CEP 04613-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.976.147/0001-60, neste ato, representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Movida"); e

**MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, conjunto 221, Sala 01, Edifício International Plaza II, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.314.559/0001-66, neste ato, representada por seu representante legal devidamente autorizado e identificado na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Movida Participações", e em conjunto com a Movida e a JSL S.A., "Garantidores");



Cx

fm

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte".

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, que estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

**1.1.** A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 14 de setembro de 2015 ("AGE"), que aprovou os termos e condições da presente emissão de Debêntures e da Oferta (conforme abaixo definidos), nos termos do artigo 59 e seu parágrafo 1º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

**1.2.** Por meio da AGE a Diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas na AGE, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão.

**1.3.** A Fiança (conforme abaixo definida), foi aprovada por meio da: (i) da reunião da diretoria da JSL S.A., realizada em 14 de setembro de 2015 ("Ata JSL S.A."); (ii) da assembleia geral extraordinária da Movida, realizada em 14 de setembro de 2015 ("Ata Movida"); e (iii) da assembleia geral extraordinária da Movida Participações, realizada em 14 de setembro de 2015 ("Ata Movida Participações", e em conjunto com a Ata JSL S.A. e a Ata Movida, "Atas dos Garantidores").

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação pela Emissora ("Emissão" ou "Oferta") será realizada com observância dos seguintes requisitos:



Gx

fm

04

## 2.1. DISPENSA DE REGISTRO NA CVM

2.1.1. A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

## 2.2. REGISTRO NA ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação e sem a utilização de prospecto, a Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", estando referido registro condicionado à expedição, até a data de encerramento da Oferta, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

## 2.3. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NA JUCESP E SUA PUBLICAÇÃO

2.3.1. A ata da AGE e as Atas dos Garantidores serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e, ainda, (i) a AGE, a Ata Movida e a Ata Movida Participações serão publicadas no jornal "Agora"; e (ii) a Ata JSL S.A. será publicada no jornal "Valor Econômico", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.4. ARQUIVAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO E SEUS ADITAMENTOS NA JUCESP E NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

2.4.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após as respectivas datas de assinatura.

2.4.2. Em virtude da Fiança (conforme abaixo definida) prestada pelos Garantidores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora, às suas expensas, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo e da Cidade de Mogi das Cruzes, ambas no Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Cartórios de RTD"), em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos aditamentos, conforme o caso, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente

DOCUMENTOS  
SÃO PAULO

JSL S/A  
JURÍDICO

05

registrados, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após as respectivas datas de assinatura.

## 2.5. DEPÓSITO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.5.1. As Debêntures serão devidamente depositadas para:

- (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"); e
- (ii) negociação no mercado secundário, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. A Oferta terá como público alvo, (i) caso a distribuição ocorra antes da entrada em vigor das alterações trazidas pela Instrução CVM de nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Instrução CVM 554") com relação à Instrução CVM 476, exclusivamente investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), ou (ii) caso a distribuição ocorra na data de, ou após a entrada em vigor das alterações trazidas pela Instrução CVM de nº 554 com relação à Instrução CVM 476, exclusivamente investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais", respectivamente).

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a exploração dos seguintes serviços: (i) locação de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos com ou sem condutor; (ii) gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); podendo, ainda (iii) participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

### 3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

3.2.1. A presente Escritura de Emissão contempla a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.



### 3.3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.3.1 O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definido no item 3.8 abaixo.

### 3.4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E NÚMERO DE SÉRIES

3.4.1. A Emissão será realizada em série única com a emissão de 30.000 (trinta mil) Debêntures.

### 3.5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.5.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para reforço do capital de giro e financiamento das atividades do grupo econômico da Emissora, sempre no curso ordinário de seus negócios, tais como: aquisição de veículos para as atividades de locação e terceirização de frota.

### 3.6. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da 1ª Emissão da JSL Locações S.A." ("Contrato de Distribuição"), celebrado entre a Emissora, a instituição líder contratada para realizar a Oferta ("Coordenador Líder") e as demais instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores").

3.6.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Os Coordenadores poderão acessar até no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, conforme o caso, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, conforme o caso.

3.6.3. O público alvo da Oferta será composto exclusivamente por Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, conforme o caso.

3.6.3.1. Caso a distribuição ocorra antes da entrada em vigor das alterações trazidas pela Instrução CVM de nº 554 com relação à Instrução CVM 476, serão considerados "Investidores Qualificados", nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta descrita na presente Cláusula, aqueles investidores referidos no artigo 4º da Instrução CVM 476, observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de



07  
✓

reais). Os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Cláusula.

3.6.3.2. Caso a distribuição ocorra na data de, ou após a entrada em vigor das alterações trazidas pela Instrução CVM de nº 554 com relação à Instrução CVM 476, serão considerados "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, não havendo montante mínimo de subscrição ou aquisição no âmbito da Oferta.

3.6.4. A Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.

3.6.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado ou Investidor Profissional, conforme o caso, assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais, conforme o caso, interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

### 3.7. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR

3.7.1. O banco liquidante e o escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/n.º, na Vila Yara, CEP nº 06.029-900, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escruturador", conforme o caso, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula).

### 3.8. DATA DE EMISSÃO

3.8.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 24 de setembro de 2015 ("Data de Emissão").

### 3.9. CONVERSIBILIDADE

3.9.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

NTOS  
SÃO PAULOS/A  
JURÍDICO

ca. Am

P

### 3.10. ESPÉCIE

3.10.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, e contarão com garantia adicional fidejussória descrita na Cláusula VI abaixo.

### 3.11. TIPO E FORMA

3.11.1. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

### 3.12. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

3.12.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

### 3.13. LOCAL DE PAGAMENTO

3.13.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura de Emissão, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriurador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

### 3.14. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

3.14.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia(s) Útil(eis)" significa (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) em qualquer outro caso, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

### 3.15. ENCARGOS MORATÓRIOS

3.15.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da

14

divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2. e seguintes desta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.2.2.5 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

#### 4.3. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total e a ocorrência de Eventos de Inadimplemento, conforme definidos abaixo.

#### 4.4. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.4.1. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 24 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de março de 2016 e o último na Data de Vencimento das Debêntures, conforme tabela a seguir ("Data de Pagamento da Remuneração"):

PAGAMENTO	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO
1º	24 de março de 2016
2º	24 de setembro de 2016
3º	24 de março de 2017
4º	24 de setembro de 2017
5º	24 de março de 2018
6º	24 de setembro de 2018

### CLÁUSULA V RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

#### 5.1. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL

5.1.1. A Emissora poderá realizar, a partir de 25 de setembro de 2016, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). A

SÃO PAULO

SL SIA  
JURÍDICO

Am

f

f



Emissora poderá realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total mediante comunicação escrita aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação de Aviso aos Debenturistas nos termos do item 3.20 acima, a critério da Emissora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos à realização do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Aviso aos Debenturistas" e "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente).

5.1.2. A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou Aviso aos Debenturistas deverá conter (i) a data indicada para o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data de Resgate Antecipado Facultativo Total"); (ii) menção que o valor de resgate será correspondente ao pagamento do Valor Unitário das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) Prêmio, conforme definido no item 5.1.6. abaixo, se houver, e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operação do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.1.3. A Emissora deverá comunicar, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, a CETIP da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data estipulada para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.1.4. O pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 3.13 acima, na data indicada no Aviso aos Debenturistas ou na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos previstos na CETIP.

5.1.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

5.1.6. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a Data de Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Prêmio"), conforme tabela abaixo:

ISL S/A  
JURÍDICO

16

de 25 de setembro de 2016 até 24 de setembro de 2017	0,70%
de 25 de setembro de 2017 até 23 de setembro de 2018	0,50%

## 5.2. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO PARCIAL E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

5.2.1. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial ou amortização extraordinária das Debêntures pela Emissora.

## 5.3. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.3.1. É facultado à Emissora, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação por valor igual ou inferior ao respectivo Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 5.3, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma respectiva Remuneração das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

## CLÁUSULA VI GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

6.1. Os Garantidores prestam fiança em garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, obrigando-se solidariamente com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 829, parágrafo único do Código Civil ("Fiança").

6.2. A Fiança a que se refere esta cláusula é constituída por meio da presente Escritura de Emissão, a qual deverá ser registrada nos termos do item 2.4.2. acima.

6.3. Os Garantidores declaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, devedores solidários e principais pagadores de todas as obrigações da Emissora, incluindo, mas não limitando ao pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e acessórios, da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou previstos nos demais documentos da Emissão nos quais constam todas as demais características e condições das obrigações assumidas

SLS S/A  
JURÍDICO

Am

CB

P  
[assinatura]

pela Emissora, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão e suas posteriores alterações, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, inclusive, mas não limitando, àquelas devidas ao Agente Fiduciário, até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão ("Valor Garantido").

**6.4.** O Valor Garantido será devido pelos Garantidores, de forma solidária, e deverá ser pago no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando sobre a falta de pagamento, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza, bem como quaisquer eventuais obrigações inadimplentes da Emissora no âmbito da Emissão.

**6.5.** O pagamento citado no item 6.4. acima, será realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

**6.6.** Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

**6.6.1.** Ainda, os Garantidores concordam que o disposto nos itens 4.2.2.4. e 4.2.2.5. acima, não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação e concordarão e se obrigarão a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

**6.7.** Cada um dos Garantidores sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, na proporção dos respectivos valores pagos, observado, entretanto, que os Garantidores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor que venham a honrar nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão, tendo havido, portanto, a quitação total do Valor Garantido.

**6.8.** A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de quaisquer outras medidas judiciais ou extrajudiciais, a serem tomadas em face de qualquer dos Garantidores.

**6.9.** Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

**6.10.** Em virtude da Fiança prestada pelos Garantidores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de RTD, nos termos previstos no item 2.4.2. acima.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

**7.1.** As obrigações da Emissora e/ou dos Garantidores constantes desta Escritura de Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com imediato pagamento pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração as Debêntures, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização até a data do seu efetivo pagamento, e demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) descumprimento pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;
- (ii) caso ocorra (a) a dissolução ou a liquidação ou a extinção da Emissora, dos Garantidores e/ou quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, respectivas entidades controladoras ou coligadas ("Afiladas"), exceto se estas sociedades estiverem inativas, sendo para os fins deste item, "sociedades inativas" aquelas que não desenvolvem as atividades descritas em seus respectivos objetos sociais, bem como aquelas que não geram receitas e não contribuem para o faturamento dos Garantidores; (b) a decretação de falência da Emissora, dos Garantidores e/ou das Afiladas; (c) o pedido de autofalência, por parte da Emissora, dos Garantidores e/ou das Afiladas; (d) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, dos Garantidores e/ou das Afiladas e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos eleitos da declaração de falência, ou por outro meio, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da citação; (e) o ingresso pela Emissora, pelos Garantidores e/ou pelas Afiladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (f) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, dos Garantidores e/ou das Afiladas, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; ou (g) a apresentação de pedido e/ou de plano de recuperação extrajudicial a seus credores

(independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano), por parte da Emissora, qualquer dos Garantidores e/ou Afiliadas, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim;

- (iii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outro tipo societário que não permita a emissão de debêntures;
- (iv) salvo se por determinação legal ou regulatória, a incorporação (incluindo incorporação de ações), a fusão, a cisão, a reorganização societária, a venda de participação ou qualquer outra operação societária que acarrete em perda do atual controle societário direto ou indireto da Emissora e/ou dos Garantidores, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) protestos de títulos contra a Emissora e/ou os Garantidores, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), ajustado anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ou, em caso de sua extinção, qualquer outro índice que vier a substituí-lo ("IGP-M/FGV"), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do respectivo protesto, não for apresentado ao Agente Fiduciário a comprovação de sustação, cancelamento, suspensão dos efeitos ou pagamento;
- (vi) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado, arbitral, administrativa e/ou mandado de penhora, contra a Emissora ou contra qualquer dos Garantidores em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) ajustado anualmente pela variação positiva do IGP-M/FGV, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (vii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou incompletas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores nesta Escritura de Emissão, ou em qualquer outro documento relacionado à Oferta;
- (viii) se o objeto social disposto no estatuto social da Emissora e/ou dos Garantidores for alterado de maneira que sejam excluídas ou substancialmente reduzidas as principais atividades atualmente praticadas e os ramos de negócios atualmente explorados pela Emissora e/ou pelos Garantidores, salvo se prévia e expressamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com este fim;

- (ix) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (x) se a Emissora tiver seu controle acionário direto ou indireto transferido a terceiro ou qualquer forma de cessão, em qualquer operação isolada ou série de operações, sem que os Debenturistas, observado o quórum de deliberação mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, tenham manifestado, prévia e formalmente, decisão de manter as Debêntures em circulação, após tal transferência;
- (xi) deliberação tomada em assembleia pelos acionistas da Emissora e ou dos Garantidores, para redução do capital social da Emissora e/ou dos Garantidores por seus respectivos acionistas, exceto para absorção de prejuízos, após a Data de Emissão e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto, nos termos do artigo 174, § 3º da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, dos Garantidores e e/ou Afiliadas no mercado local ou internacional;
- (xiii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, dos Garantidores e/ou Afiliadas decorrente de quaisquer operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional;
- (xiv) resgate ou amortização de ações, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora e/ou pelos Garantidores a seus acionistas, quando estes estiverem em mora com relação às Debêntures, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, observado o quórum de deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada com esse fim, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) se os Debenturistas desta Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com os demais credores das demais dívidas quirografárias da Emissora

21

e/ou dos Garantidores ressalvadas as obrigações que gozem de preferência ou privilégio por força de disposição legal;

- (xvi) não manutenção, pela JSL S.A., de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros") a serem apurados trimestralmente até a Data de Vencimento e acompanhados com base nos documentos e informações disponibilizados pela JSL S.A. nos termos do item 8.1.3, inciso "ii", desta Escritura de Emissão. A primeira apuração será com base nas informações relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015. Para fins deste item, devem ser consideradas as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida/EBITDA Adicionado" menor ou igual a 3,5 (três inteiros e meio).

"EBITDA Adicionado/Despesa Financeira Líquida" maior ou igual a 2,0 (dois inteiros).

Para fins do disposto neste item, entende-se que todos os dados serão obtidos em demonstrações financeiras auditadas consolidadas, conforme abaixo:

(i) Dívida Financeira Líquida: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da JSL S.A., incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 (trezentos e sessenta) dias; (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*);

(ii) EBITDA Adicionado: significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA Adicionado dos últimos 12 (doze) meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela JSL S.A.; e

(iii) Despesa Financeira Líquida: significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.



- (xvii) cancelamento, suspensão, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à Oferta, sem a observância de seus termos;
- (xviii) decisão proferida por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidades, invalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Emissão, à Fiança e/ou de qualquer de suas disposições;
- (xix) aplicar irregularmente os recursos oriundos da Emissão ou utilizá-los em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (xx) arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos das Emissora e/ou dos Garantidores, que resulte em um Efeito Material Adverso, conforme definido abaixo, para suas atividades ou situação financeira;
- (xxi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pelos Garantidores, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xxii) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que possa resultar na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou dos Garantidores, mas desde que resulte na incapacidade do cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xxiii) emissão de títulos e valores mobiliários pela Emissora e pelos Garantidores sem a observância do previsto na legislação aplicável à matéria; ou
- (xxiv) não cumprimento, pela Emissora, da Instrução CVM 476 e demais normas aplicáveis.

**7.2.** Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (vii), (xi), (xiii), (xiv), (xv), (xviii), (xix), (xxi), (xxiii) e (xxiv) do item 7.1. acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto no item 7.5 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando a ciência de tal acontecimento.

**7.3.** Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos no item 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos Eventos de Inadimplemento, ou for assim informado pelos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento



23

antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto nesta Escritura de Emissão e o quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 7.3. acima, que será instalada observado o quórum previsto no item 7.3. acima, poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.4. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.3. e 7.3.1 acima, na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 7.3.1 acima por falta de quórum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1 acima pelo quórum mínimo de deliberação, deverá ser interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.5. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora e/ou os Garantidores obrigam-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou do Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 7.2. acima ou da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item 7.3. acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de Encargos Moratórios previstos nesta Escritura de Emissão, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e/ou pelos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão.

7.6. O pagamento dos valores mencionados no item 7.5. acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e/ou pelos Garantidores nos termos da Escritura de Emissão, será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.7. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

7.8. Para fins desta Escritura de Emissão, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito devidamente fundamentado sobre a Emissora e/ou sobre os Garantidores, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou dos

OS  
SÃO PAULO

SL S/A  
FIDUCIÁRIO

24

Garantidores, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou dos Garantidores de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, da Emissão ou da Oferta.

### CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

**8.1.** Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e os Garantidores obrigam-se, ainda, a:

8.1.1. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou qualquer evento ou fato que, no entendimento da Emissora, afete adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento.

8.1.2. Notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma significativa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo.

8.1.3. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) No caso da Emissora, da Movida e da Movida Participações, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora, da Movida e da Movida Participações, na forma de seus respectivos estatutos sociais, conforme aplicável, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) no caso da Emissora, não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados; e (iv) que não foram praticados atos em desacordo com os respectivos estatutos sociais;

(ii) No caso da JSL S.A., dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social ou de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer

SÃO PAULO

JSL S.A.  
JURÍDICO

primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas: (a) do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável; e (b) do relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o cálculo da manutenção dos Índices Financeiros, com base em informações devidamente auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, pelos auditores independentes contratados pela JSL S.A., sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à JSL S.A. e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (iii) No caso da JSL S.A., cópia das demais informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480 nos prazos ali previstos;
- (iv) Em até 1 (um) Dia Útil, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;
- (v) Em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão;
- (vi) Em até 5 (cinco) Dias Úteis, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (vii) Em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;
- (viii) No prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, informações a respeito da ocorrência do Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério e observado o disposto nesta Escritura de Emissão, exercer seus poderes e faculdades nelas previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; e
- (ix) No prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o subitem (xii) do item 9.4.1 desta Escritura de Emissão, todos

SÃO PAULO

JSL S/A  
FIDUCIÁRIO

os atos societários de cada exercício social e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

8.1.4. A Emissora e os Garantidores procederem à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, conforme aplicável.

8.1.5. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.

8.1.6. Convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Emissora, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça.

8.1.7. Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM e CETIP incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

8.1.8. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu Estatuto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

8.1.10. Notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou suas controladas e que resulte em um Efeito Material Adverso para suas atividades ou situação financeira.

8.1.11. Manter seus bens materiais adequadamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, ou valer-se de estruturas de autosseguro, em termos compatíveis com os praticados pelos setores de atuação da Emissora.

8.1.12. Não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura de Emissão.

8.1.13. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, efetuar o



pagamento de todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

8.1.14. Manter, conservar e preservar todos os seus bens materialmente relevantes (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução de suas atividades e/ou dos Garantidores.

8.1.15. A Emissora e/ou os Garantidores obrigam-se a (i) obter a renovação; (ii) a não transferir (total ou parcialmente); e (iii) impedir o cancelamento, revogação, suspensão ou extinção de quaisquer licenças, concessões ou aprovações inclusive ambientais, necessárias ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em Efeito Material Adverso para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão.

8.1.16. Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto nos casos em que tais eventuais descumprimentos não resultem em Efeito Material Adverso para suas atividades ou situação financeira.

8.1.17. Prestar informações, dentro do prazo de 3 (três) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros que possam resultar em um Efeito Material Adverso e/ou de valor Individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a (i) em relação à Emissora, R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais); (ii) em relação à Movida, R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais); (iii) em relação à Movida Participações, R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais); e (iv) em relação à JSL S.A., R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais), devendo tais valores serem atualizados anualmente, para os devidos fins, pela variação positiva do IGP-M/FGV. Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão.

8.1.18. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e Agência de Classificação de Risco, devendo, ainda, fazer com que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures, tendo como base a data do primeiro relatório elaborado. Além do aqui disposto, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data

de seu recebimento pela Emissora; e (iii) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

8.1.19. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da contratação da referida agência de classificação de risco, desde que tal agência de classificação de risco seja a Moody's ou Fitch, ou qualquer agência de classificação de risco que as suceda, caso qualquer destas venham a deixar de existir; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

8.1.20. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

8.1.21. Notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatados após a data de celebração desta Escritura de Emissão.

8.1.22. Manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção das suas condições de operação e funcionamento.

8.1.23. Não omitir nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause um Efeito Material Adverso na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas.

8.1.24. Estruturar e manter um adequado departamento de atendimento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço.

8.1.25. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro.

8.1.26. Observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação.

8.1.27. Guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emissão, toda a documentação a ela relativa, bem como disponibilizá-la ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário em um prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, após recebimento da respectiva solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal.

8.1.28. Indenizar, de forma irrevogável e irretratável, os Debenturistas e o Agente Fiduciário, por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência das suas declarações prestadas na presente Escritura de Emissão, tudo conforme apurado em decisão judicial transitada em julgado.

8.1.29. Cumprimento por parte da Emissora, e/ou dos Garantidores, durante a vigência das Debêntures, de leis, normas e/ou regulamentos, inclusive trabalhistas e ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora e/ou dos Garantidores de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura de Emissão.

8.1.30. A Emissora e os Garantidores obrigam-se a cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("Conama") e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas aplicáveis, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com as Debêntures. Obrigam-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e mantendo regular suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente a que a Emissora e/ou os Garantidores estejam sujeitos.

8.1.31. Assegurar que os recursos líquidos obtidos com as Debêntures não sejam empregados em (a) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento ou outra espécie de vantagem indevido a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiros pessoas relacionadas, (b) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (c) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável ("Lei Anticorrupção").

8.1.32. Adotar políticas e procedimentos visando que todas as pessoas agindo em seu nome, incluindo gerentes, conselheiros, diretores, empregados ou terceiros contratados, subcontratados e assessores observem o disposto na Lei Anticorrupção.

8.1.33. Não agir em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades.

## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. NOMEAÇÃO

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, neste ato, que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

9.1.3. Para os fins da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da JSL S.A. ("5ª Emissão da JSL S.A."), com vencimento em 24 de maio de 2016, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª Emissão da JSL S.A. não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, da JSL S.A. ("6ª Emissão da JSL S.A."), com vencimento em 15 de julho de 2018 para as debêntures da 1ª série, 15 de julho de 2020 para as debêntures da 2ª e 3ª séries, em que foram emitidas 152.429 (cento e cinquenta e duas mil quatrocentas e vinte e nove) debêntures para a 1ª série, 62.472 (sessenta e duas mil quatrocentas e setenta e duas) debêntures para a 2ª série e 185.099 (cento e oitenta e cinco mil e noventa e nove) debêntures para a terceira série, totalizando 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 6ª Emissão da JSL S.A. não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (iii) 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da JSL S.A. ("7ª Emissão da JSL S.A."), com vencimento



em 24 de outubro de 2019, em que foram emitidas 17.000 (dezessete mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 7ª Emissão da JSL S.A. não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; (iv) 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, para distribuição com esforços restritos de colocação, da JSL S.A. ("8ª Emissão da JSL S.A."), com vencimento em 15 de junho de 2019 para as debêntures de 1ª série e 15 de junho de 2021 para as debêntures de 2ª e 3ª séries, em que foram emitidas, 165.175 (cento e sessenta e cinco mil e cento e setenta e cinco) debêntures para a 1ª série, 71.751 (setenta e um mil e setecentos e cinquenta e uma) debêntures para a 2ª série e 163.074 (cento e sessenta e três mil e setenta e quatro) debêntures para a 3ª série, perfazendo um total de 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 8ª Emissão da JSL S.A. não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão; e (v) 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição com esforços restritos de colocação, da JSL S.A. ("9ª Emissão da JSL S.A."), com vencimento em 15 de dezembro de 2019 para as debêntures de 1ª série e 15 de dezembro de 2021 para as debêntures de 2ª série, em que foram emitidas, 10.000 (dez mil) debêntures para a 1ª série e 15.000 (quinze mil) debêntures para a 2ª série, perfazendo um total de 25.000 (vinte e cinco mil debêntures), na data de emissão, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 9ª Emissão da JSL S.A. não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

## 9.2. REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: parcelas trimestrais no valor de R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais), devida até o 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos trimestres subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

9.2.2. As parcelas citadas no item 9.2.1 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.2.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.2.4. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, nos termos do item 9.6.1 abaixo.

9.2.5 A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

9.2.6 As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

### 9.3. SUBSTITUIÇÃO

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, este deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral, solicitando sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o disposto no item 9.3.1. acima.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCESP, na forma do item 2.4.1 desta Escritura de Emissão.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures, o que ocorrer primeiro.

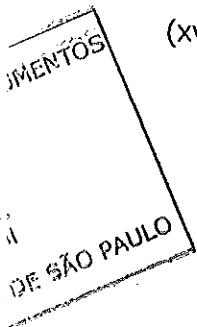
9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 9.4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de

- b. seu escritório;
- c. CVM;
- d. CETIP; e
- e. sede do Coordenador Líder.
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetua suas publicações, nos termos a lei, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual mencionado no subitem (xii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem (xiii) acima;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xvii) sem prejuízo do disposto na Cláusula VIII acima, notificar os Debenturistas, sempre que possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contado da data em que tomar ciência de tal fato, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xviii) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar acerca de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora;
- (xix) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado em sua página na rede mundial de computadores;
- (xx) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;



- (xxi) divulgar as informações referidas na alínea (j) do subitem (xii) deste item 9.4.1 em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
- (xxii) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (xxiii) examinar a alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;
- (xxiv) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (xxv) verificar a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso IX da Instrução CVM 28.

#### 9.5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto na Cláusula VIII desta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora nos termos da legislação falimentar ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das

05  
ÃO PAULO

SSL S/A  
JURÍDICO

Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (iv) acima.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a pedido da Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, permanecendo obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. O Agente Fiduciário será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade, a completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

9.5.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.5.7. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

## 9.6. DESPESAS

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos

YSL  
JURÍDICO

Debenturistas ou para realizar seus créditos, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, quais sejam, publicações em geral, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário, as quais devem, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere este item 9.6 será efetuado, em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante a entrega de cópias dos comprovantes de pagamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da realização da respectiva despesa.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora mediante comprovação. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora ou pelos Debenturistas, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nos itens 9.6.1 e 9.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento, nos termos do parágrafo 5º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações.



40  
↓

2º RTD Mogi das Cruzes-SP  
Registro nº 00096546

## 9.7. DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.7.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do BACEN;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (xii) que o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as

AO PAULO

FLS  
JURÍDICO



obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;

- (xiii) que cumpre em todos os aspectos materiais todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (xiv) que assegurará tratamento equitativo aos Debenturistas e a todos os debenturistas das emissões descritas no item 9.1.3 acima.

## CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às Assembleias Gerais de Debenturistas, aplicar-se-á ao disposto nesta Escritura de Emissão e no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

### 10.1. CONVOCAÇÃO

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes no DOESP e no jornal "Agora", respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas.



42

10.1.5. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

## 10.2. QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

10.2.1. Observado o disposto no item 10.1.1 acima, as Assembleias Gerais poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

10.2.2 A convocação das Assembleias Gerais dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item 10.1.2 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

10.2.3. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.2.4. Exclusivamente para fins da instalação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 7.3, o quórum de instalação em primeira convocação será de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas, sendo que, para fins de cálculo de quórum de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures em Circulação.

10.2.5. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## 10.3. MESA DIRETORA

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.



Ca. fm

43

#### 10.4. QUÓRUM DE DELIBERAÇÃO

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais dependerão de aprovação dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos nos *quora* mencionados no item 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
- (ii) as alterações relativas: (a) à redução de remuneração das Debêntures; (b) aos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (c) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; (d) modificações nos Eventos de Inadimplemento, bem como no caso de renúncia ou perdão temporário a qualquer Evento de Inadimplemento; e (e) à modificação da espécie das Debêntures para uma espécie com prioridade menor de seus créditos em caso de falência da Emissora, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e
- (iii) qualquer alteração aos termos desta Cláusula X, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

#### 10.5. OUTRAS DISPOSIÇÕES À ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.5.1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

DEBENTURISTAS  
DE SÃO PAULO



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Co. fm

**CLÁUSULA XI**

**DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES**

**11.1.** A Emissora e os Garantidores declaram e garantem, cada um individualmente, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) é uma sociedade anônima de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios descritos no seu objeto social, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição são verdadeiras, consistentes e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) esta Escritura de Emissão, a Emissão, a Oferta e o cumprimento das obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis, exequíveis de acordo com seus termos e condições, não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens;
- (v) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) suas operações e propriedades cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Material Adverso;

PAULO



Gf. Gm

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

- (vii) paga todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias, salvo aquelas (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Material Adverso ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (ix) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (i) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé e (ii) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (x) (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) observa e cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; e (iii) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; sendo que o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (xi) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o seu melhor conhecimento razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;
- (xii) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as

SL S  
JURÍDICO

46

autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter a contabilidade de seus ativos;

- 2
- AJULO
- (xiii) possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Material Adverso;
- (xiv) não é necessário qualquer registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão, exceto pelo disposto a seguir: (a) arquivamento desta Escritura de Emissão na JUCESP; (b) registro das Debêntures junto ao CETIP21 e ao MDA; e (c) registro da Escritura de Emissão nos Cartórios de RTD;
- (xv) tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xvi) em seu melhor conhecimento, está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução de suas atividades, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé e para as quais possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (xvii) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da JSL S.A. relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como período encerrado em 30 de junho de 2015, representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve, no seu melhor entendimento, nenhum fato que pudesse razoavelmente causar um Efeito Material Adverso à Emissora ou aumento substancial do seu endividamento;



Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

47

- (xviii) inexistem: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que tenha sido citada e/ou notificada, em qualquer dos casos deste inciso, que possa vir a causar Efeito Material Adverso à Emissora, que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;
- (xix) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Material Adverso;
- (xx) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (xxi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação à Emissão;
- (xxii) inexistem (i) investigação formal, processo administrativo ou judicial que seja de conhecimento da Emissora, ou das Garantidoras ou de qualquer de suas Afiliadas, através do recebimento de notificação ou citação válida, expedida pela autoridade competente, exceto pelas informações divulgadas no último Formulário de Referência da JSL S.A. de 28 de maio de 2015; e (ii) decisão judicial transitada em julgado por violação de qualquer dispositivo legal ou regulatório, no Brasil ou no exterior, referente à prática de corrupção, suborno ou de atos lesivos à administração pública, conforme as regras anticorrupção e anti-suborno aplicáveis, incluindo, sem limitação, a Lei Anticorrupção, envolvendo a Emissora e os Garantidores, bem como qualquer de suas Afiliadas;
- (xxiii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (xxiv) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

**11.2.** Adicionalmente às declarações contidas no item 11.1. acima, a JSL S.A. declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:



Co. fm

- (i) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios descritos no seu objeto social, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, na condição de fiadora, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (iv) inexistem: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que tenha sido citada e/ou notificada, em qualquer dos casos deste inciso, que possa vir a causar Efeito Material Adverso à JSL S.A., que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras;
- (v) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a JSL S.A., que, de acordo com o seu melhor conhecimento razoavelmente poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso, que não sejam aqueles relatados nas suas demonstrações financeiras; e
- (vi) seu registro de companhia aberta está atualizado perante a CVM.

**11.3.** Adicionalmente às declarações contidas no item 11.1. acima, a Movida e a Movida Participações declaram e garantem, cada uma individualmente, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (i) é uma sociedade anônima, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios descritos no seu objeto social, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão, na condição de fiadora, e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto; e
- (iii) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança.





**11.4.** A Emissora e os Garantidores, assim que tomarem ciência do fato, obrigam-se a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, caso qualquer das declarações prestadas nos itens 11.1., 11.2., 11.3. ou 11.6 se tornem falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes nas datas em que foram prestadas.

**11.5.** Adicionalmente, a Emissora e os Garantidores declaram que estão cientes, conhecem e entendem, cumprem e fazem cumprir, bem como suas Afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei Anticorrupção, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora e/ou os Garantidores, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, durante toda a vigência das Debêntures e; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entenderem necessárias.

## **CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. COMUNICAÇÕES**

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

#### **PARA A EMISSORA:**

##### **JSL LOCAÇÕES S.A.**

Av. Saraiva, n.º 400,

Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP – CEP 08745-140

At.: Viviane Rodrigues Gomes; Silmara Ferreira Carlos; Fernanda Vitiello Oliveira; Andreza Bertozzi; Andre Ferreira; Denys Marc Ferrez; e Fabio Costa

Telefone: (11) 2377-7012; 2377-7446; 2377-7170; 2377-7047; 2377-7842; 2377-7000; e 2377-7438

Fac-símile: (11) 2377-7185 e 2377- 2091

E-mail: [viviane@jssl.com.br](mailto:viviane@jssl.com.br); [silmara@jssl.com.br](mailto:silmara@jssl.com.br); [fernanda.oliveira@jssl.com.br](mailto:fernanda.oliveira@jssl.com.br);  
[andreza.Bertozzi@jssl.com.br](mailto:andreza.Bertozzi@jssl.com.br); [andre.ferreira@jssl.com.br](mailto:andre.ferreira@jssl.com.br); [denys.ferrez@jssl.com.br](mailto:denys.ferrez@jssl.com.br);  
[fabio.costa@jssl.com.br](mailto:fabio.costa@jssl.com.br) e [ri@jssl.com.br](mailto:ri@jssl.com.br)

#### **PARA O AGENTE FIDUCIÁRIO:**

##### **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**



Av. das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304  
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ – CEP 22640-102

2º RTD Mogi das Cruzes-SP  
Registro nº 00096546

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

**PARA OS GARANTIDORES:**

**JSL S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.327, cj. 221,  
Vila Nova Conceição, São Paulo, SP – CEP 04543-011

At.: Viviane Rodrigues Gomes; Silmara Ferreira Carlos; Fernanda Vitiello Oliveira; Andreza Bertozzi; Andre Ferreira; Denys Marc Ferrez; e Fabio Costa

Telefone: (11) 2377-7012; 2377-7446; 2377-7170; 2377-7047; 2377-7842; 2377-7000; e 2377-7438

Fac-símile: (11) 2377-7185 e 2377- 2091

E-mail: [viviane@jsl.com.br](mailto:viviane@jsl.com.br); [silmara@jsl.com.br](mailto:silmara@jsl.com.br); [fernanda.oliveira@jsl.com.br](mailto:fernanda.oliveira@jsl.com.br);  
[andreza.bertozzi@jsl.com.br](mailto:andreza.bertozzi@jsl.com.br); [andre.ferreira@jsl.com.br](mailto:andre.ferreira@jsl.com.br); [denys.ferrez@jsl.com.br](mailto:denys.ferrez@jsl.com.br);  
[fabio.costa@jsl.com.br](mailto:fabio.costa@jsl.com.br) e [ri@jsl.com.br](mailto:ri@jsl.com.br)

**MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.**

Rua Otavio Tarquínio de Souza, n.º 23, Sala A,  
Campo Belo, São Paulo, SP – CEP 04613-000

At.: Viviane Rodrigues Gomes; Silmara Ferreira Carlos; Fernanda Vitiello Oliveira; Andreza Bertozzi; Andre Ferreira; Denys Marc Ferrez; e Fabio Costa

Telefone: (11) 2377-7012; 2377-7446; 2377-7170; 2377-7047; 2377-7842; 2377-7000; e 2377-7438

Fac-símile: (11) 2377-7185 e 2377- 2091

E-mail: [viviane@jsl.com.br](mailto:viviane@jsl.com.br); [silmara@jsl.com.br](mailto:silmara@jsl.com.br); [fernanda.oliveira@jsl.com.br](mailto:fernanda.oliveira@jsl.com.br);  
[andreza.bertozzi@jsl.com.br](mailto:andreza.bertozzi@jsl.com.br); [andre.ferreira@jsl.com.br](mailto:andre.ferreira@jsl.com.br); [denys.ferrez@jsl.com.br](mailto:denys.ferrez@jsl.com.br);  
[fabio.costa@jsl.com.br](mailto:fabio.costa@jsl.com.br) e [ri@jsl.com.br](mailto:ri@jsl.com.br)

**MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.327, cj. 221, Sala 01,  
Vila Nova Conceição, São Paulo, SP – CEP 04543-011

At.: Viviane Rodrigues Gomes; Silmara Ferreira Carlos; Fernanda Vitiello Oliveira; Andreza Bertozzi; Andre Ferreira; Denys Marc Ferrez; e Fabio Costa

Telefone: (11) 2377-7012; 2377-7446; 2377-7170; 2377-7047; 2377-7842; 2377-7000; e 2377-7438

Fac-símile: (11) 2377-7185 e 2377- 2091



E-mail: [viviane@jsl.com.br](mailto:viviane@jsl.com.br); [silmara@jsl.com.br](mailto:silmara@jsl.com.br); [fernanda.oliveira@jsl.com.br](mailto:fernanda.oliveira@jsl.com.br);  
[andreza.bertozzi@jsl.com.br](mailto:andreza.bertozzi@jsl.com.br); [andre.ferreira@jsl.com.br](mailto:andre.ferreira@jsl.com.br); [denys.ferrez@jsl.com.br](mailto:denys.ferrez@jsl.com.br);  
[fabio.costa@jsl.com.br](mailto:fabio.costa@jsl.com.br) e [ri@jsl.com.br](mailto:ri@jsl.com.br)

**PARA O ESCRITURADOR:****BANCO BRADESCO S.A.**

Núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/n.º

Vila Yara, CEP nº 06.029-900

Osasco/SP

At.: Marcelo Ronaldo Poli / Rosinaldo Batista Gomes / Fábio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7654 / (11) 3684-9444 / (11) 3684-2852

Fac-símile: (11) 3684-5645

**PARA A CETIP:****CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar,

Jardim Paulistano, São Paulo, SP – CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

E-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

**12.2. RENÚNCIA**

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



**12.3. LEI APLICÁVEL**

2º RTD Mogi das Cruzes-SP

Registro nº 00096546

12.3.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**12.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

12.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

**12.5. IRREVOGABILIDADE; SUCESSORES**

12.5.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

**12.6. INDEPENDÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.6.2. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

**12.7. DESPESAS**

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;



- (ii) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos na JUCESP;
- (iii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como os atos societários da Emissora; e
- (iv) pelos honorários e despesas com a contratação de Coordenadores, Agente Fiduciário, Agência de Classificação de Risco, Banco Liquidante e Escriturador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

## 12.8. SUBSTITUIÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

12.8.1. É facultado à Emissora, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Banco Liquidante, do Escriturador e da Agência de Classificação de Risco.

## 12.9. CÔMPUTO DOS PRAZOS

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## 12.10. FORO

12.10.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Mogi das Cruzes, 14 de setembro de 2015.

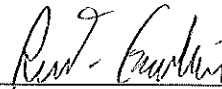
[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



(Página de assinaturas 1/6 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A.")

**JSL LOCAÇÕES S.A.**

Nome: Paulo Eduardo Souza  
Cargo: Diretor



Nome: Renato Morla Franklin  
Cargo: Diretor Presidente



P

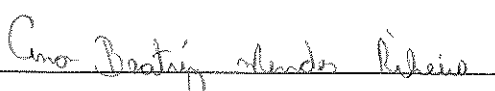
G. fm

DE SÃO PAULO



(Página de assinaturas 2/6 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A.")

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro  
Cargo: Procuradora

SÃO PAULO




Cc.

6m

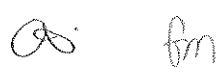


(Página de assinaturas 3/6 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A.")

**JSL S.A.**

  
Nome: Fernando Antonio Simões  
Cargo: Diretor Presidente









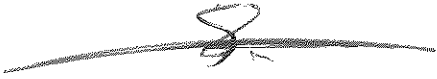
MENTOS  
de  
cial  
DO DE SÃO PAULO





(Página de assinaturas 4/6 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A.")

### MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.

  
Nome: Fernando Antonio Simões  
Cargo: Diretor Presidente





p


Co. 6m

DOCUMENTOS  
Alto  
cial  
JO DE SÃO PAULO



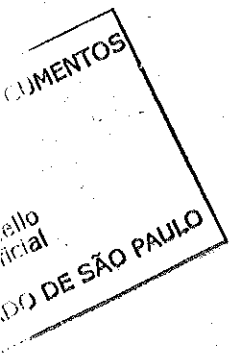
(Página de assinaturas 5/6 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A.")

**MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: Fernando Antonio Simões  
Cargo: Diretor Presidente



GO: 



(Página de assinaturas 6/6 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da JSL Locações S.A.")

## TESTEMUNHAS:

Nome: GIOVANNA P.F. MORO

CPF: 329.278.498-03

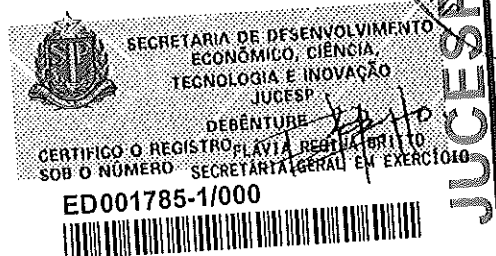
RG: 20.417.678-9 SSP/SP

Nome: Gabriela Saques Albuquerque

CPF: 368.252.548-39

RG: 44.030.116-6 SSP/SP

DOCUMENTOS  
...  
de Mello  
do Oficial  
ESTADO DE SÃO PAULO



2º OFICIAL REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Plínio Schenk Júnior  
Oficial Delegado

Valter Alves de Mello  
Substituto do Oficial

MOGI DAS CRUZES - ESTADO DE SÃO PAULO

2º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
DE MOGI DAS CRUZES-SP

Av. Cap. Manoel Rudge, 464 - Fone (11) 4799-0020

Prenotado sob nº 00097424 em 28/09/2015 e registrado em microfilme sob nº 00096546. Oficial: R\$ 8.588,88, Estado: R\$ 2.441,06, Ipesp: R\$ 1.256,50, Reg. Civil: R\$ 452,05, TJ-SP: R\$ 589,46, ISS: R\$ 171,78, M.P.: R\$ 412,27 Total: R\$ 13.914,00. Mogi das Cruzes, 13 de outubro de 2015.

Plínio Schenk Junior - Oficial Delegado  
Valter Alves de Mello - Oficial Substituto

